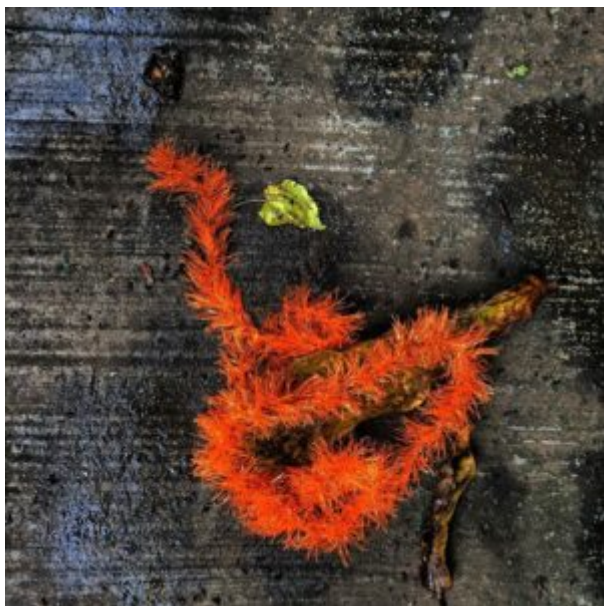


A personalidade autoritária



Por Anouch Kurkdjian*

Comentário sobre o novo título, décimo segundo volume da Coleção Theodor Adorno.

Em um clima social tão adverso, é de se comemorar que os leitores brasileiros finalmente tenham acesso a uma edição em língua portuguesa dos *Estudos sobre a personalidade*

autoritária (Unesp), seleção de textos escritos por Theodor W. Adorno.

Trata-se do décimo segundo volume de Adorno publicado pela editora, que há alguns anos empenha-se em preencher as lacunas da bibliografia do autor no país. A atualidade tenebrosa que esses textos adquiriram para o contexto brasileiro certamente contribuiu para que sua publicação ocorresse agora. O leitor verá que é com um misto de espanto e reconhecimento (quem sabe, de espanto por causa do reconhecimento) que o livro é lido.

Os textos que compõem o volume originalmente fazem parte de uma pesquisa mais abrangente, de quase mil páginas, intitulada *A Personalidade autoritária*, realizada por Adorno em conjunto com um grupo de psicólogos sociais da Universidade de Berkeley – R. Nevitt Sanford, Daniel Levinson e Else Frenkel-Brunswik – e publicada em 1950, nos Estados Unidos. *A personalidade autoritária* por sua vez foi uma das frentes de um amplo esforço de pesquisa, os *Estudos sobre o preconceito*, iniciativa patrocinada pelo Comitê Judeu Americano (American Jewish Committee – AJC) que deu origem a outros livros sobre o assunto [1].

A escolha do termo “preconceito” para o título do conjunto de pesquisas (em detrimento da ideia inicial de “antisemitismo”) foi feita por cautela, o que já dá mostras da situação na qual o Comitê Judeu atuava em solo americano no período da Segunda Guerra Mundial. A propagação do antisemitismo, mesmo em um país de governo democrático, corrobora uma das ideias de fundo da pesquisa *A personalidade autoritária*:

a de que o autoritarismo mantém relações profundas com o “clima cultural geral” das sociedades erigidas sob a forma capitalista de produção, de modo que sua manifestação extrema no horror nazista na Alemanha não deveria ser considerada um evento isolado, mas uma possibilidade latente em outras sociedades e em outros contextos políticos.

Mobilizando um instrumental analítico da psicologia social e da psicanálise, associado a um enquadramento sociológico mais amplo (a cargo de Adorno), a pesquisa sobre a personalidade autoritária articulou de maneira criativa métodos quantitativos, como questionários, e métodos qualitativos, como entrevistas clínicas e testes projetivos, tendo em vista responder a seguinte questão: que traços de personalidade tornam um indivíduo particularmente suscetível a aceitar ideias e propaganda de cunho preconceituoso e antidemocrático? Note-se que não se tratava de investigar indivíduos declaradamente autoritários, mas de elaborar instrumentos para identificar indivíduos potencialmente autoritários, ou seja, indivíduos psiquicamente predispostos a aceitar ideias autoritárias, mesmo que de maneira inconsciente.

O instrumento metodológico mais importante para esse intuito – e, de certo modo, o coração da pesquisa – foi a famosa Escala-F (de fascismo). Elaborada a partir de uma série de questionários, a escala permitiu identificar tendências fascistas nos indivíduos inquiridos, mesmo sem mencionar diretamente assuntos relativos ao preconceito ou ao antissemitismo. Assim, questões aparentemente neutras e inofensivas a respeito de temas como impressões da infância e da vida escolar, relação com os pais, atitude perante o sexo, sensibilidade emocional e interesse pela cultura, forneciam uma via de acesso à estrutura de personalidade dos indivíduos, tornando possível identificar tendências mais profundas que podiam ser remetidas a um tipo autoritário.

Entre tais tendências, a pesquisa destaca: a adesão rígida a valores dominantes; o convencionalismo; uma visão desdenhosa da humanidade; a predisposição a acreditar que eventos incontroláveis e perigosos aconteciam no mundo e que a sexualidade era exercida de maneira depravada por toda sociedade; a tendência à submissão à autoridades de seu próprio grupo e à discriminação de tudo que era diferente; a aversão à introversão, à autorreflexão, à sensibilidade e à imaginação; a tendência a adotar uma visão supersticiosa e à distorção estereotipada da realidade.

A seleção de textos para a edição brasileira, organizada pela pesquisadora Virginia Helena Ferreira da Costa, autora de uma pesquisa de doutorado sobre o livro *A personalidade autoritária*, segue a edição alemã das obras completas de Adorno, publicadas pela editora Suhrkamp no volume 9 de sua coleção, os *Escritos sociológicos II*. Fazem parte do conjunto o capítulo I e VII (assinados por todos os pesquisadores) e os capítulos XVI, XVII, XVIII e XIX (escritos por Adorno).

Como a seleção ateu-se aos capítulos dos quais Adorno participou diretamente e como estes muitas vezes comentam dados de pesquisa apresentados em capítulos escritos por outros autores, os editores brasileiros

optaram por incluir um resumo, capítulo por capítulo, da pesquisa completa, tarefa a cargo da organizadora. É de sua autoria também a apresentação à edição brasileira. Deve-se ressaltar ainda a tradução muito competente e atenta às nuances, tanto as da terminologia freudiana, quanto as dos pressupostos teóricos da pesquisa, feita em conjunto por Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa e Carlos Henrique Pissardo.

A solução de incluir um resumo da pesquisa original cumpre o papel de fornecer o quadro mais geral da pesquisa, situando os textos de Adorno nesse todo. As apresentações da organizadora recuperam ainda o conteúdo dos dois prefácios à edição original de A

Personalidade autoritária: o

primeiro, de autoria de Max Horkheimer, diretor do Instituto de Pesquisas Sociais à época, em conjunto com Samuel H. Flowerman, do Departamento de Pesquisa Científica do Comitê Judeu Americano e o segundo, mais teórico, escrito apenas por Horkheimer.

O texto de Horkheimer e Flowerman fornece informações a respeito do contexto que ensejou o esforço de pesquisa dos *Estudos sobre o preconceito*, de pesquisas que antecederam sua

realização e dos objetivos práticos que o Comitê Judeu visava alcançar a partir dos resultados obtidos pela investigação. Tais objetivos ajudam a entender porque boa parte das pesquisas que fizeram parte dos *Estudos sobre o preconceito*, a exemplo de *A personalidade autoritária*, enfocou

o problema sobretudo a partir de seus aspectos psicológicos, e não sociais: esperava-se que uma análise sociopsicológica sistemática do fenômeno do fascismo pudesse fornecer elementos para a formulação de políticas educativas democráticas que a longo prazo ajudassem a conter as manifestações do potencial fascista na população americana.

A relação entre a dimensão social e a psicológica do fascismo, aliás, é o centro da reflexão de Adorno em “Remarks on *The Authoritarian Personality*”, texto que ele pretendia que constasse como introdução da edição original, mas que não foi publicado e que infelizmente também não foi incluído na edição brasileira [2]. Se o estudo enfocou o preconceito principalmente enquanto reação subjetiva à estímulos sociais, seu pressuposto teórico era, entretanto, o de que o fenômeno fascista tem, em última instância, uma origem socialmente determinada – frente de pesquisa que deveria ser explorada futuramente e que por sinal permanece em aberto.

Não se tratava, portanto, de individualizar a responsabilidade pelo preconceito, nem de moralizar a questão, pois o caráter autoritário apontava para a tendência mais geral de um “novo tipo antropológico”, o sujeito do capitalismo em sua fase pós-liberal. Essa hipótese da tendencial generalização do fenômeno da personalidade fascista foi fortalecida pela constatação de que os indivíduos que mais pontuavam nas escalas de preconceito eram os que tinham alto grau de adequação aos valores dominantes da sociedade americana, portando-se menos como indivíduos dotados de autonomia e de reflexão própria, e mais como “centros reativos”, sempre em busca da coisa socialmente correta a se fazer e da próxima tendência a seguir.

Vistas sob esse prisma, as manifestações fascistas aparecem não tanto como um desvio patológico, mas como o extremo da normalidade quando esta tem por referência uma ordem social repressora. Agressividade e ressentimento, mecanismos de defesa associados ao preconceito, são os resultados dessa integração social forçada, que exige duros sacrifícios e que impõe uma existência insatisfatória a seus membros.

São esses os caminhos que Adorno indica para quem quiser entender as raízes sociais do fascismo. Apontam, portanto, para o fato de que, enquanto vivermos em uma ordem social coercitiva, as manifestações fascistas estarão à espreita, prontas para vir à tona se o clima social for propício. Há quase duzentos anos, um pensador e revolucionário alemão impôs-se a tarefa de compreender e criticar o mundo, para transformá-lo inteiramente. A leitura de *Estudos sobre a personalidade autoritária* é um bom começo para os que querem continuar essa tarefa hoje.

***Anouch Neves de Oliveira Kurkdjian** é doutoranda em sociologia na USP.

Notas

[1] Dentre

eles: *Dynamics of Prejudice: a*

Psychological and Sociological Study of Veterans, de Bruno Bettelheim e

Morris Janowitz; *Anti-Semitism and*

Emotional Disorder: A Psychoanalytic Interpretation, de Nathan W. Ackerman

e Marie Jahoda; *Prophets of Deceit: A Study of the Techniques of the American*

Agitator, de Leo Löwenthal e Norbert Guterman; e *Rehearsal for Destruction: A Study of Political Anti-Semitism in*

Imperial Germany, de Paul Massing

[2] O

texto, escrito em 1948, foi incluído na edição completa de *The Authoritarian Personality* publicada pela inglesa Verso,

também

no ano passado.